

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX

**Urgente: prova marcada para o dia X de XXXX de XXXX.**

**FULANO DE TAL**, brasileiro, solteiro, estudante, XX  
anos de idade, filho de FULANO DE TAL e FULANA DE TAL , RG  
nº XXX XXX, CPF nº XXXXX, residente e domiciliada na Quadra  
XX, XX, Conjunto XX XX, XXXX, CEP: XXXX, telefones (XX) XXX,  
(XX) XXX, email: [XXXX@gmail.com](mailto:XXXX@gmail.com), vem, sob o patrocínio da  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXX**, propor

<p style="text-align: center;"><b>AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER</b> <b>com tutela de urgência</b></p>
--

em face do **CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO  
E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS - XXXXXXXX**, pessoa  
jurídica de direito privado, CNPJ xxxxxx, com sede no CAMPUS  
UNIVERSITÁRIO XXXXXX, Gleba XXX, Ed. Sede - XXXX, XXX, XXX,  
XXXX, CEP: XXX-XXX, pelos fundamentos de fato e de direito a  
seguir aduzidos.

## I - DA COMPETÊNCIA

Preliminarmente esclarece o autor que a presente demanda é ajuizada na Justiça do XXXX, apesar de se referir a vestibular da XXX, pois, conforme o art. 1º do Estatuto do XXXXX, o Réu é pessoa jurídica de direito privado.

É oportuno lembrar que outras demandas ajuizadas perante a Justiça Federal foram indeferidas por incompetência absoluta do juízo, consoante decisão judicial proferida nos autos do Processo n. XXXX (Xª Vara Federal), *in verbis*:

*TRECHO*

Esclarecida a competência, para a cognição e apreciação dos pedidos ao final formulados, seguem os fatos e fundamentos jurídicos que consubstanciam a demanda.

## II - DOS FATOS

No dia XX de XXX de XXXX, o autor buscando se inscrever no concurso aberto pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (ANVISA), gerido pelo réu, para o cargo de **Técnico Administrativo**, entrou com pedido de isenção de taxa de inscrição (R\$ XXX) do concurso público. Ele atende os requisitos previstos no edital n. 1, de XX/XX/XXX (anexo) para tanto, incluindo a inscrição XXXXX.

Após a confirmação da inscrição, o requerente recebeu do XXX (Sistema de Isenção de Taxa de Concurso) a aprovação do seu cadastro, que foi **deferida** conforme doc. anexo. No entanto, após sair a lista de inscrições deferidas pela banca organizadora, o autor não viu seu nome registrado. O prazo para recurso era de dois dias, porém o autor confiou na lista do XXXX e não recorreu, acreditando que se tratava somente de um erro material, que seria automaticamente corrigido depois.

Após 13 dias da divulgação da lista, o autor recebeu em seu e-mail a informação de que sua inscrição havia sido **cancelada**, na justificativa de que o documento apresentado pelo mesmo não havia sido pago.

Após receber o e-mail, o requerente foi ao XXXXXX solicitar a justificativa do indeferimento de sua inscrição, que foi o fato de o autor não ter apresentado todos os documentos solicitados pela empresa. O autor alega ter apresentado todos os documentos solicitados para o deferimento da isenção. O autor cumpriu o requerimento e enviou todos os documentos exigidos, conforme documentos anexados. Aliás, dúvida não há, já que o XXXXXX já havia emitido documento comprobatório do deferimento da isenção.

Por fim, a inscrição do foi realizada corretamente, de acordo com a data fixada e com os devidos documentos requeridos.

O requerente juntou os documentos aptos a comprovar que está inscrito no XXXXX, sendo beneficiária do programa social Bolsa Família. É assim o autor evidentemente merecedor do benefício de isenção da taxa de inscrição.

Portanto, o autor não conseguiu ter sua inscrição deferida em razão de o XXXXX não ter tomado as providências cabíveis para tanto.

Conforme edital anexo, as provas serão realizadas no dia XX de XXX de XXX.

### **III - DO DIREITO**

No caso concreto, o autor, embora tenha feito a inscrição da maneira determinada pelo edital de regência do XXXXXXXX, não conseguiu finalizá-la em virtude de erro por parte do mesmo.

Nesse contexto, cumpre ressaltar que o art. 497 do CPC prevê a possibilidade de concessão de tutela específica para obrigações de fazer ou de não fazer. Além disso, conclui-se que é

possível que o juiz determine providências que assegurem a referida tutela, tais qual multa diária. Nesse sentido:

*Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, **concederá a tutela específica** ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.*

Assim sendo, destaca-se que a obrigação apenas será convertida em perdas e danos caso haja requerimento do autor, ou seja, impossível a concessão de tutela específica, conforme determina o art. 499 do CPC /2015:

*Art. 499. A obrigação somente será convertida em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.*

Importante ressaltar que o autor deseja a tutela específica e que esta não é impossível, tendo em vista a plena viabilidade de o réu realizar a sua inscrição para a realização da prova referente ao concurso público da ANVISA, a ser realizado no dia **XX de XXX do ano corrente**.

Frente ao exposto, está clara a necessidade do autor da intervenção do Judiciário a fim de que seja realizada a sua inscrição para a realização da prova acima referida.

#### **IV- DA TUTELA DE URGÊNCIA**

Inicialmente, ressalta-se que estão presentes ambos os requisitos essenciais para a concessão de tutela de urgência, quais sejam: probabilidade do direito e perigo de dano/risco ao resultado útil do processo.

A probabilidade do direito é verificada por meio dos documentos apresentados, em especial o edital do concurso público da ANVISA e a comprovação de que o autor tomou todas as providências cabíveis à adequada realização de sua inscrição. Fica

comprovada ainda a situação econômica do autor, que faz dele merecedor da referida isenção de taxa, já que é beneficiário do programa social Bolsa Família (cópia anexa).

Em relação ao perigo de dano, verifica-se a urgência a partir do documento que comprova que **a prova do concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva no cargo de Técnico Administrativo pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária será realizada no dia XX de XXXX de XXXX.** Dessa forma, tendo em vista que o autor corre o risco de não realizar as referidas provas, vê-se que há patente urgência.

Devem-se considerar, ainda, os ditames do art. 300 do Código de Processo Civil, em especial seus parágrafos 2º e 3º, que autorizam a concessão liminar da tutela pretendida:

*Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.*

*(...)*

*§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.*

*§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.*

Presentes estão no caso os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência liminar.

## **V - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer:

- a)** os benefícios da justiça gratuita, por ser a parte autora economicamente hipossuficiente, nos termos do art. 98 da Lei 13.105/15 (Código de Processo Civil /2015);
- b)** a concessão de tutela de urgência, determinando-se ao réu que **realize a inscrição do autor no concurso público da ANVISA**, que lhe é de direito,

ainda que *sub judice*, permitindo que faça a prova já marcada para o dia X/XX/XXX, independentemente de pagamento de taxa de inscrição;

- c) a citação da parte ré, para comparecer à audiência de conciliação, sob pena de responder de acordo com o disposto no art. 334, §8º, do CPC /2015, **observando-se que o autor opta pela realização de audiência de conciliação ou de mediação;**
- d) a procedência do pedido, confirmando-se a tutela de urgência, condenando-se a ré a **inscrever o autor inscrição do autor no concurso público da ANVISA, sem pagamento de taxa de inscrição, por ser o autor isento, sob pena de arcar com as perdas e danos;**
- e) a condenação do Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do DF - PRODEF (art. 3º da Lei Complementar Distrital nº 908/2016, Decreto nº 28.757/2008), e depositados no Banco de Brasília S/A - BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PRODEF.

Requer-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pela documental e testemunhal.

Atribui-se à causa o valor de R\$ XXXX.

---

XXXXXXXX

---

XXXXXXXXXX  
Estagiária

---

XXXXX  
DEFENSOR PÚBLICO DO XXXXX  
Matr. XXXXX